



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**

Lei Municipal nº 1136/2024.  
E-mail: cmdcabjs@gmail.com  
Fone: (46) 3548-2000 ramal 2024  
Rua São Paulo, nº 62, centro  
Bom Jesus do Sul/PR



### **EDITAL Nº 001/2026**

***SÚMULA:** Dispõe sobre a composição da Comissão Especial Eleitoral, abertura e regulamentação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar Eleição Suplementar - Gestão 2024/2028 do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná.*

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE BOM JESUS DO SUL/PR, por meio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 139 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal nº 1136/2024, de 22 de agosto de 2024 e Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a composição da Comissão Eleitoral, processo de escolha, data unificada das eleições em território Nacional.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, realizada em 11 de fevereiro de 2026.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir a **COMISSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**, que será composta pelos seguintes membros:

#### **Representantes Governamentais**

- Maria Patricia Lima;
- Marinês Andrade dos Reis;
- Marzeli Duarte Fath
- Ana Paula Perin

### **Representantes Não Governamentais**

- Vendelino José Dutra
- Cenira Fatima Oliveira
- Ivanir Salete Maroni Borges
- Adriane Aparecida Cantele Severgnini

**Parágrafo Único:** A Comissão Especial Eleitoral do CMDCA está encarregada de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Sul, tendo suas competências especificadas no Capítulo VII do presente Edital.

**Art 2º. PUBLICAR** o Edital de Abertura de inscrições para candidatos ao Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Sul/PR, estabelecendo normas deste processo e **TORNAR PÚBLICO** para conhecimento dos interessados a eleição, para o cargo de Conselheiro Tutelar de caráter suplente, visando suprir 05 (cinco) vagas.

## **CAPÍTULO I DO PROCESSO DE ESCOLHA**

**Art. 3º.** O Processo de Escolha é disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e alterações, Resolução CONANDA nº. 231, de 28 de dezembro de 2022, Lei Municipal nº 1136/2024, de 22 de agosto de 2024 e demais Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo realizada sob a responsabilidade deste Conselho e fiscalização do Ministério Público da Comarca de Barracão/PR.

**Art. 4º.** Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante inscrição preliminar, classificação em prova objetiva e escolha por sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município.

§ 1º. Pelo disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA, a candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas.

§ 2º A diplomação dos eleitos realizar-se-á na data de 08/06/2026.

§ 3º Conforme o estabelecido no Art. 6º da Resolução 231/2022, os candidatos mais votados serão diplomados como conselheiros suplentes seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 4º O período correspondente à suplência será de 06 de junho de 2026 a 09 de janeiro de 2028, sendo permitido novos processos de escolha.

**Art. 5º.** Os eleitores deverão votar conforme local, horário e seção descritos abaixo:

A Eleição será realizada na data de 28 de maio de 2026, no horário das 08h00 às 15h00, conforme especificações:

02 (duas) urnas nas dependências do CÂMARA DE VEREADORES, situada na rua João Bassanesi nº140, Centro, Bom Jesus do Sul, Paraná.

## **CAPÍTULO II DO CONSELHO TUTELAR**

**Art. 6º.** Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local.

**Art. 7º.** Sem prejuízo das disposições específicas contidas nas legislações são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - Manter conduta pública e particular ilibada;

II - Zelar pelo prestígio da instituição;

III - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

VIII - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Residir no município;

X - Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XI - Identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XII - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

**Parágrafo Único.** Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é atribuída.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**Art. 8º.** A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de funcionamento público diário e ininterrupto, em local específico disponibilizado pela municipalidade para o funcionamento deste órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão.

**Art. 9º.** O Conselheiro Tutelar, no exercício do cargo, não será considerado servidor público municipal, conforme Preconiza a Lei municipal nº. 1080/2022, de 27 de

maio de 2022, o valor do subsídio financeiro fica fixado em R\$ 1.893,34 (mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos) + Vale Alimentação, sendo reajustado conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado nos 12 (doze) últimos meses, incidindo sobre este os descontos legais obrigatórios, inclusive previdenciários.

#### **CAPÍTULO IV DOS IMPEDIMENTOS**

**Art. 10º.** Nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 8.069/90 são impedidos de servir no mesmo conselho:

I – Marido e mulher;

II – Ascendentes e descendentes;

III – Sogro(a) e genro ou nora;

IV – Irmãos, cunhados, durante o cunhadio;

V – Tio e sobrinho;

VI – Padrasto ou madrasta e enteado.

#### **CAPÍTULO V DO PROCESSO SELETIVO DOS CANDIDATOS**

**Art. 11.** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, com base nas legislações municipais e Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA se dará em 03 (três) etapas:

I – Inscrição;

II – Prova Objetiva;

### III – Eleição.

**Art. 12.** As inscrições serão realizadas entre os dias 18/03/2026 a 31/03/2026, e deverão ser efetuadas na Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação de Bom Jesus do Sul sito à Rua São Paulo, nº 62, de segunda a sexta-feira no horário das: 08h30min – 11h; 13h00min – 16:30h.

**Art. 13.** A prova Objetiva de conhecimentos será realizada na data de 26 de abril de 2026, com início às 9h00 e término as 12h, com duração de 3h (três horas), tendo como local a Escola Roberto Mazzocatto, situada na Avenida Ipiranga, nº 203, centro, Bom Jesus do Sul/PR.

§ 1º - O candidato deverá apresentar documento de identificação com foto e estar no local 30 (trinta) minutos antes do horário do início, horário em que será fechado os portões.

§ 2º - A prova objetiva consistirá de 25 questões de múltipla escolha sendo:

- a) 10 (dez) questões de português;
- b) 15 (quinze) questões referentes a Legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Resolução 231 de 28 de dezembro de 2022 e Lei Municipal nº 1136/2024 de 22 de agosto de 2024.

§ 3º - As questões de português (alínea “a”) terão o peso de 0,25 por questão, e as questões referente a legislação (alínea “b”) terão o peso de 0,5, totalizando 10,00 pontos.

## **CAPITULO VI DOS CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

**Art. 14.** São requisitos para inscrição ao pleito de Conselheiro Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 e Art. 33 da Lei Municipal nº 1136/2024.

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Ensino médio completo;

IV - Residir no município, no mínimo há 02 (dois) anos;

V - Ser eleitor do município;

VI - Reconhecida experiência de trabalho com criança e adolescente (garantia, promoção e ou e/ou defesa) de no mínimo 06 meses antecedendo a inscrição.

VII - Obter no mínimo, 60 % (sessenta por cento) de acertos das questões da prova objetiva.

**Art. 15.** No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

I - Ficha de inscrição devidamente preenchida, ou preencher no ato, conforme anexo I deste Edital;

II - Carteira de Identidade;

III - CPF;

IV - Título de Eleitor com apresentação de comprovante da última eleição ou certidão de quitação eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral;

V - Comprovante de residência atualizada como: tarifa de luz, água, telefone e contrato de aluguel ou declaração de terceiros com firma reconhecida;

VI - Atestado que confirme residência de tempo mínimo de 02 (dois) anos no município;

VII - Certificado, diploma ou histórico escolar de conclusão do Ensino Médio, expedido por Instituição/Órgão de Ensino, devidamente reconhecido pela legislação vigente;

VIII - Documentação de comprovação de experiência na área de direitos da criança e do adolescente (promoção, proteção e/ou defesa), serão aceito registro em carteira de trabalho, declaração expedida por órgão oficial público ou privado ou declaração de terceiros com firma reconhecida;

IX - Certificado de Reservista e ou Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI, quando do sexo masculino;

X - 01 foto no formato digital em JPG, no tamanho 161 x 225mm (5x7);

XI - Certidão de antecedentes criminais, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca, não estar sendo processado criminalmente ou ter contra si sentença criminal condenatória transitada em julgado;

XII - Certidão Negativa Federal de pessoa física;

§ 1º - Comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção de documentações exigidas, o candidato terá anulada a inscrição sendo excluído do processo classificatório.

§ 2º - Não serão aceitos documentos ilegíveis ou outras formas que não exigidas neste edital.

## **CAPÍTULO VII DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 16.** Será responsável pela operacionalização da eleição do Conselho Tutelar, a Comissão Especial Eleitoral constituída por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Bom Jesus do Sul/PR.

**Art. 17.** A Comissão Especial Eleitoral terá a competência de:

- a) Coordenar o processo eleitoral;
- b) Tomar as providências necessárias para a realização do pleito;
- c) Cumprir prazos de divulgação e publicação de cada etapa do pleito, previstas neste Edital;
- d) Receber, analisar, julgar os pedidos das candidaturas e publicar;
- e) Receber os recursos, analisar, julgar e encaminhar à Plenária do CMDCA e Ministério Público;
- f) Elaborar as normas de procedimento das Mesas Receptoras de Voto;
- g) Indicar e divulgar os nomes dos membros das Mesas Receptoras de Voto;
- h) Receber, analisar e encaminhar ao Ministério Público pedidos de impugnações;
- i) Fiscalizar a eleição e apuração dos votos;
- j) Receber as atas, boletins e demais materiais do pleito e da apuração;

§ 1º - Durante todo o período do processo eleitoral, qualquer cidadão poderá oferecer representação sobre a existência de irregularidades, desde que por escrito e fundamentada à Comissão Eleitoral.

§ 2º - Compete à Comissão Especial Eleitoral analisar e decidir sobre as representações apresentadas nos moldes do parágrafo anterior.

§ 3º - A Comissão Especial Eleitoral terá sempre prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) para emitir sua decisão e notificação ao candidato.

§ 4º - A Comissão Especial Eleitoral estará sob a Presidência da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA CAMPANHA DOS CANDIDATOS**

**Art. 18.** Após a divulgação dos candidatos aptos a concorrer a eleição, estes poderão apresentar-se à população utilizando-se de mecanismos convencionais de acordo com § 3º do art. 139 do ECA, Lei Eleitoral e Lei Municipal nº 1136/2024 sendo vedado:

I – Em qualquer hipótese, o abuso do poder econômico e político;

II – Propaganda nos veículos de comunicação, anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular;

III – Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

IV – Aos órgãos das administrações públicas federal, estadual ou municipal realizar propaganda favorável a qualquer candidato durante o processo de seleção/eleição para o Conselho Tutelar;

V – No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive através de boca de urna;

VI – Transportar ou promover o transporte de eleitores, no dia da eleição;

VII – Praticar qualquer outro ato qualificado como crime na legislação eleitoral.

§ 1º - Durante todo o período da seleção/eleição, qualquer cidadão poderá oferecer representação sobre a existência de irregularidades, desde que por escrito e fundamentada à Comissão Eleitoral.

§ 2º - Compete à Comissão Especial Eleitoral analisar e decidir sobre as representações apresentadas nos moldes do parágrafo anterior, podendo inclusive determinar a retirada ou a suspensão de propagandas irregulares e indevidas de qualquer natureza e a cassação da candidatura.

§ 3º - O candidato envolvido e o cidadão representante serão sempre notificados até no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sobre as decisões da Comissão Especial Eleitoral.

§ 4º - Havendo discordância do candidato em relação à decisão da Comissão Especial Eleitoral, este terá direito a recurso junto ao CMDCA num prazo de 01 (um) dia útil, junto a Secretaria Executiva do CMDCA, localizada no Departamento de Assistência Social, à Rua São Paulo, 62, Centro.

§ 5º - O descumprimento do disposto neste artigo ocasionará a aplicação de penalidades de acordo com a legislação.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS E VOTAÇÃO**

**Art. 19.** A eleição será realizada por meio de urnas eletrônicas ou de lona, fornecidas pela Justiça Eleitoral e cédulas de votação em caso de urnas de lona, confeccionadas pela Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, ao qual o CMDCA está vinculado administrativamente, mediante modelo previamente aprovado pela Comissão Especial Eleitoral.

§ 1º - No dia e locais de votação estarão disponíveis a lista de eleitores, fornecida pela Justiça Eleitoral, com indicação da seção onde o eleitor procederá o voto.

**Art. 20.** O local de votação conterà a lista dos candidatos habilitados com seus nomes e respectivos números.

**Art. 21.** O local de votação contará com uma mesa receptora de votos que terá sua composição de membros formados por um Presidente, um Secretário e um Mesário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

§ 1º Os membros serão nomeados através da Comissão Especial Eleitoral, no mínimo 10 dias antes da eleição.

§ 2º Não serão nomeados Presidente, Secretário ou Mesário:

I – Candidato ou seus parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau;

II – O cônjuge ou companheiro (a) do (a) candidato (a);

III – Pessoas que notoriamente estejam realizando campanha para candidato (a).

§ 3º - Compete aos componentes da mesa receptora de votos cumprirem as orientações, normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

§ 4º - Em caso de ausência do Presidente o Secretário o substituirá, de modo que haja quem responda pessoalmente pela ordem.

§ 5º - Em caso de cédula, caberá ao Presidente rubrica-las. O boletim de urna e a ata da urna devem ser assinadas pelos três membros da mesa.

**Art. 22.** Para proceder o voto os eleitores deverão apresentar obrigatoriamente à mesa receptora de votos, o título de eleitor ou um documento de identificação com foto.

Parágrafo Único: A votação seguirá a seguinte ordem:

I – Os eleitores serão distribuídos em seções por ordem alfabética;

II – O voto será direto, intransferível e secreto;

III – Só votará o eleitor cujo nome constar na listagem disponibilizado pela Justiça Eleitoral da Comarca de Barracão;

IV – Após a conferência do nome na listagem disponibilizada pela Justiça Eleitoral e sua devida assinatura, o eleitor será encaminhado para proceder o voto junto a urna eleitoral;

V – O eleitor votará apenas em 01 (um) candidato;

VI – A ordem dos candidatos será de forma alfabética e numeração sequencial com 02 dígitos (ex:01 a 99).

VII – Em caso de votação em Cédula, estas estando com rasuras ou alterações terá o voto anulado.

**Art. 23.** As impugnações apresentadas na eleição serão deliberadas pela Comissão Especial Eleitoral, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Ministério Público.

## **CAPÍTULO X DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 24.** A eleição será realizada pela Comissão Especial Eleitoral e demais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público.

**Art. 25.** Cada candidato poderá designar 01 (um) fiscal, credenciando-o no dia 08 de maio de 2026, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na Secretaria Executiva, localizada na Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, na Rua São Paulo, 62, centro, no horário das 08h30 às 11h00 e das 13h00 às 16h30min, que receberá credencial de identificação que obrigatoriamente deverá usar no dia da eleição.

§ 1º - Compete ao fiscal apenas a fiscalização do processo eleitoral. O fiscal não está credenciado para dar informações e/ou conduzir eleitores as mesas receptoras. Em caso de irregularidades compete ao fiscal informar imediatamente a Comissão Especial Eleitoral que tomará as providências cabíveis.

§ 2º - O fiscal e o candidato não poderão acompanhar eleitor na sala de votação, tampouco permanecer dentro dela.

**Art. 26.** Os fiscais deverão ser identificados com credenciais fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral no dia 25 de maio de 2026.

**Art. 27.** Somente poderão permanecer nos locais de votação representantes do Ministério Público, os membros das Mesas, a Comissão Especial Eleitoral, os Membros do CMDCA e os fiscais credenciados.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**Art. 28.** Encerrada a votação os boletins e as urnas serão agrupadas na Câmara de Vereadores, situada na Rua João Bassanesi, nº 140 e em seguida realizada a apuração dos votos.

**Art. 29.** São impedidos de atuarem na apuração dos votos parentes próximos dos candidatos, como marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

**Art. 30.** A apuração dos votos será realizada pelos integrantes da mesa de escrutínio, nomeados através de resolução do CMDCA, com a fiscalização do Ministério Público.

**Art. 31.** Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima estabelecida pela Comissão Especial Eleitoral, do local de apuração, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob a pena de serem retirados do referido local.

**Art. 32.** Encerrada a apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará o Resultado ao CMDCA e Ministério Público, em ordem nominal dos candidatos e o número de votos recebidos.

**Parágrafo Único:** Havendo empate será usado como critério de desempate a maior idade.

**Art. 33.** O resultado da eleição será anunciado aos candidatos e amplamente divulgado, tão logo concluída a apuração através da Comissão Especial Eleitoral e, na sequência, publicado em Diário Eletrônico Oficial do município.

## **CAPÍTULO XII DOS RECURSOS**

**Art. 34.** Serão admitidos recursos referentes às 3 (três) etapas do processo de escolha sendo:

- I – Candidatos inscritos que tiverem suas inscrições deferidas e indeferidas;
- II – Candidatos habilitados na prova de conhecimentos específicos;
- III – Candidatos eleitos no processo eletivo.

**Art. 35.** O recurso deverá ser apresentado à Comissão Especial Eleitoral, excepcionalmente ao CMDCA, protocolado na forma presencial, conforme datas especificadas no cronograma anexo.

§ 1º - Após publicação dos resultados preliminares, caberá recurso à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia.

§ 2º - Admitir-se-á um único recurso por candidato, em cada fase, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Edital, fora do prazo estabelecido não serão analisados.

**Art. 36.** Os recursos serão julgados pela Comissão Especial Eleitoral, quando tratar-se de interposição de recurso sobre a decisão da Comissão Eleitoral deverá ser analisada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e amparado pelo Ministério Público.

**Art. 37.** Após o julgamento de todos os recursos apresentados será publicado o resultado final do processo eleitoral com as eventuais alterações decorrentes.

### **CAPÍTULO XIII DA CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS ELEITOS**

**Art. 38.** As capacitações previstas anterior à Posse é fase obrigatória a todos os membros eleitos e será realizada em duas etapas em datas comunicadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

I – Participar de curso de capacitação de 08h (oito horas) disponibilizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, anterior à posse;

II- Participar de curso básico de informática, conforme disponibilizado e carga horária estabelecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, visando principalmente a alimentação de dados no Sistema SIPIA CT WEB;

III – Participar de formação contínua no decorrer do mandato.

Parágrafo Único: As capacitações citadas no inciso I e II são obrigatórias para os candidatos classificados do 1º ao 5º lugar e facultativo aos demais. Sendo exigido de todos 100% de frequência.

### **CAPÍTULO XIV DA NOMEAÇÃO E POSSE**

**Art. 39.** Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos como suplentes, conforme respectivas ordens de votação.

**Art. 40.** Os candidatos serão proclamados eleitos suplentes logo após o resultado do escrutínio, e a diplomação ocorrerá na data de 08 de junho de 2026 às 9h00, no auditório da Câmara de Vereadores, situada na Rua João Bassanesi, nº 140, Centro, Bom Jesus do Sul, Paraná.

**Parágrafo Único:** O candidato mais votado assumirá de imediato para suprimento de férias ou vacância do cargo dos Conselheiros Tutelares Titulares e assim sucessivamente.

## **CAPÍTULO XV DA VACÂNCIA DO CARGO**

**Art. 41.** A vacância do cargo de conselheiro tutelar decorrerá por:

- I – Renúncia;
- II – Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada;
- III – Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV – Falecimento;
- V – Condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou em ação civil com reconhecimento judicial de ato de inidoneidade ou, ainda, por ato de improbidade administrativa.

### **CRONOGRAMA:**

<b>Descrição da etapa</b>	<b>Data</b>
Publicação do Edital nº 001/2026	17/03/2026
Inscrições dos candidatos	18/03/2026 - 31/03/2026
Análise de pedidos de registro de candidatura	01/04/2026- 02/04/2026
Publicação da relação das inscrições deferidas e indeferidas	06/04/2026
Impugnação de candidaturas	07/04/2026 – 08/04/2026
Notificação dos candidatos impugnados (quanto o prazo para defesa)	09/04/2026 - 10/04/2026
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	13/04/2026 – 14/04/2026
Análise e decisão dos pedidos de impugnação	15/04/2026 – 16/04/2026
Interposição de recurso	17/04/2026 – 20/04/2026
Análise e decisão dos recursos	22/04/2026 – 23/04/2026
Prova eliminatória	26/04/2026
Divulgação do gabarito	27/04/2026

Apresentação de recurso	28/04/2026 e 29/04/2026
Divulgação de resultado preliminar da prova eliminatória	30/04/2026
Apresentação de recurso	04/05/2023 e 05/05/2026
Análise de recurso	06/05/2026
Publicação dos candidatos classificados	07/05/2026
Reunião com os candidatos classificados	08/05/2026
Credenciamento do fiscal (aos candidatos que desejarem)	08/05/2026
Período de propaganda eleitoral	11/05/2026 – 25/05/2026
Eleição, apuração e divulgação dos resultados	28/05/2026
Capacitação dos eleitos	Datas a serem divulgadas
Posse	08/06/2026

Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Ministério Público.

Bom Jesus do Sul-PR, 17 de março de 2026.

**MARIA PATRICIA LIMA**

Presidente do CMDCA

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2026/2028

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade (RG) \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Telefone Residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_ Estuda: ( ) Sim ( ) Não  
Ocupação atual (cargo/Empresa): \_\_\_\_\_

**Por ser a verdade, o acima exposto, confirmo a minha inscrição.**

Bom Jesus do Sul/PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Assinatura do Candidato**